

SENTIDOS DE SUSTENTABILIDADE NA EXPERIÊNCIA DOS GESTORES/EDUCADORES DA DIRETORIA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – GESTÃO DO GOVERNO LULA (2003-2006).

Irineu Tamaio (UnB) / WWF-Brasil.

RESUMO:

Esta pesquisa desenvolve uma análise e interpretação do campo de significações que se manifestou na política pública da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente na gestão 2003-2006, no período do primeiro mandato do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Visa interpretar e problematizar as concepções de sustentabilidade e democracia em um campo da política pública no âmbito do Estado brasileiro, a partir de documentos oficiais e entrevistas sobre as trajetórias de vida de educadores ambientais que assumiram o papel de gestores e produziram sentidos que se materializaram em ações. A política pública proposta possibilita a emergência de práticas sociais que contribuam para gerar processos contra-hegemônicos de construção de uma nova visão? A pesquisa está ancorada nos referenciais teóricos do conhecimento complexo, a partir de Edgar Morin, e nas concepções de emancipação, participação, formas de luta e hegemonia, desenvolvidas por Boaventura de Sousa Santos. O pesquisador foi um dos protagonistas na formulação da política pública estudada, portanto, a pesquisa foi realizada numa abordagem qualitativa como um estudo de caso, adotando as concepções de interpretação e compreensão da hermenêutica. O estudo identificou e problematizou como um grupo de gestores/educadores, que traz para a política pública uma concepção e trajetória de educação ambiental reconhecida como de caráter crítico e emancipatório, formula e implementa essas idéias. O trabalho mostra que esses gestores/educadores buscaram materializar, por meio do Estado, os seus ideários políticos de profissionais militantes, o que fez emergir sentidos contraditórios de sustentabilidade. Aqui foi analisado se a concepção de sustentabilidade referenciada na política pública garante a possibilidade de emancipação e contribui para a transição paradigmática. Dessa forma, a pesquisa mostra que a política pública de educação ambiental empreendida pela Diretoria de Educação Ambiental foi um campo instável e contraditório, mas teve a intencionalidade de promover processos dialógicos e

formativos que visaram contribuir para o fortalecimento do movimento contra-hegemônico de construção de um novo paradigma.

PALAVRAS-CHAVE: Política Pública, Educação Ambiental, Sustentabilidade.

ABSTRACT:

This research develops an investigation into, and interpretation of, the significance of the public policy promoted by the Directorate for Environmental Education of the Ministry of the Environment between 2003 and 2006, during the first term of the government of President Luiz Inácio Lula da Silva. It aims to elucidate and question the concept of sustainability in an area of public policy within the ambit of the Brazilian State, from official documents and interviews on the ways of life of the environmental educators who took on the role of managers and engendered the directions that emerged as actions. The study makes the following enquiry: Can the public policy proposed make possible the emergence of social practices which will contribute to the creation of anti-domination processes and the development of a new way of understanding? The research is based on theoretical references to complex experiences, beginning with Edgar Morin, and on the concepts of liberation, participation, the nature of conflict and domination, developed by Boaventura de Sousa Santos. The researcher was one of the key players in the origination of the public policy studied in this research, therefore the investigation was carried out as a case study, adopting a qualitative approach to the concepts of critical interpretation and understanding. The study identified and questioned how a group of managers/educators, who express a public policy based on a hypothesis and course for environmental education which is recognized as being of an important and stimulating nature, devise and implement these ideas. The work shows that these managers/educators are seeking, through the State, to animate their political ideas as professional activists, and what emerges is contradictory meanings concerning sustainability. The notion of whether ideas of sustainability positioned within public policy guarantee the possibility of liberation and contribute to conceptual change was analysed. In this way, the research shows that the public policy for environmental education undertaken by the Directorate for Environmental Education was an unpredictable and contradictory line of work but had the intention of promoting

dialogue and a development process that aimed to contribute to the strengthening of the anti-domination movement and to the building of a new hypothesis.

KEYWORDS: Public Policy, Environmental Education, Sustainability.

SUSTENTABILIDADE E DEMOCRACIA: UM HORIZONTE A SER SEGUIDO E DESVELADO

Aqui são apresentadas e interpretadas as abordagens do conceito de sustentabilidade do programa de política pública de educação ambiental da Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (DEA/MMA), a partir das visões dos gestores/educadores, coletadas em uma entrevista. Também são problematizadas as principais potencialidades e dificuldades sobre a idéia de participação e democracia. É analisado se a concepção de sustentabilidade proposta garante a possibilidade de emancipação e de contribuição para romper com o paradigma hegemônico.

O programa de política pública da Diretoria de Educação Ambiental (DEA) referencia-se em uma concepção de sustentabilidade emancipatória, entretanto o contexto da educação ambiental (EA) multifacetada ideologicamente implica a prática e o sentido diferenciado de sustentabilidade. Para os gestores/educadores entrevistados, cujo ideário político ancora-se na construção de uma sustentabilidade citada de forma ampla e genérica, debater e colocá-la em prática constitui um campo desafiante e instável. Na prática social desses sujeitos, os sentidos de sustentabilidade trazidos e implementados na esfera pública da política representa um princípio, um ancoradouro a ser atingido, uma busca, um caminho, um ideal de organização social. Na visão de um dos entrevistados, ao falar sobre a crise ambiental, cita que se não atingirmos a sustentabilidade almejada “nós vamos para o buraco” (E-5). Esse relato revela paixão, um gesto missionário onde toda a força é colocada em direção da sustentabilidade, conceitualmente ampla, porém pensada como novo desejo, nova fronteira, nova forma dos humanos se organizarem. Para esse gestor/educador a sustentabilidade necessariamente será garantida por meio de “uma prática de educação ambiental popular [...] pautada pela transformação social, de empoderamento de cada grupo social, de aprimoramento humano, de desenvolvimentos espiritual, intelectual, físico de cada humano” (E-5). Esse mesmo gestor/educador apresenta a sua leitura sobre a forma que se dá a sustentabilidade e indica as estratégias de como buscá-la. Para ele a sustentabilidade está relacionada a

[...] capacidade de diálogo, de participação, de controle social, quanto mais conseguirmos avançar em um modelo de organização em rede, **desconcentrador, descentralizador**, que promova o compromisso, o comprometimento de **cada um, de cada grupo social, de cada país**, com a construção dessa **sustentabilidade**, maiores são as chances de termos a viabilização da permanência dos humanos no planeta, a viabilização dessa quantidade de humanos no planeta, do atendimento das necessidades materiais desses humanos e das necessidades simbólicas desses humanos. Mas é preciso trabalhar pela **conexão do indivíduo consigo próprio** para que ele enuncie com mais profundidade e com mais discernimento o que são necessidades materiais, o que são necessidades simbólicas que ele tem **à luz da sustentabilidade** do planeta. (E-5¹)

Aqui está embutido o sentido de uma prática política emancipatória, cuja inserção na política pública pode traduzir-se na interpretação de que a sustentabilidade passa pela dimensão da transformação e libertação do indivíduo. Nessa perspectiva, a sustentabilidade decorreria do empoderamento que exigiria que “cada um, cada grupo social, cada país”, seja capaz de ser afetado e também afetar os outros humanos em múltiplos bons encontros, formando uma grande rede de conexões interdependentes, que poderia resultar, como exemplo, no que propõe o Programa de Formação de Educadores/as Ambientais da DEA (ProFEA) “por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade”. O sentido de sustentabilidade está na busca da autonomia que esse gestor/educador assume em seu relato “como a conexão do indivíduo consigo próprio”. Para ele sustentabilidade se faz também com a subjetividade em um cenário em que a política pública é, em tese, objetiva e massificada na estrutura burocrática do Estado.

¹ Os trechos grifados em negrito dentro das narrações dos entrevistados são um recurso de redação para destacar aspectos considerados especialmente relevantes para este estudo. O padrão repete-se em todas as narrações e relatos dos entrevistados. O recurso é utilizado para identificar o entrevistado. Neste caso, por exemplo, foi o entrevistado número cinco. Como foram cinco entrevistados, serão de E1 a E5, todavia essa seqüência lógica, não representa a ordem cronológica da realização das entrevistas.

Ruscheinsky (2004), diante da indagação sobre a possibilidade ou não da construção da sustentabilidade a partir de aspectos objetivos e subjetivos, argumenta que devemos

em primeiro lugar, libertar o pensamento e a imaginação dos lugares comuns do discurso social dominante, ousando pensar as potencialidades de outras experiências exemplares que apostam efetivamente em outros modos de cooperação produtiva, de troca, de solidariedade, de vida (RUSCHEINSKY, 2004, p. 32).

Dessa forma, o conceito de sustentabilidade, como já abordado no capítulo anterior, é um caminho a ser feito em um diálogo de saberes de forma contrária ao discurso social dominante. Ou seja, um sentido de sustentabilidade fundado na visão de que outras formas de entender e interagir com o mundo são possíveis, aperfeiçoando a convivência humana que potencializa a capacidade de ser afetado pelo outro, num processo de possibilidades infinitas de criação e entrelaçamento nos bons e maus momentos (Sawaia, 2001; Santos, 2003).

LEITURAS DE SUSTENTABILIDADE, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA

De acordo com o relato de um entrevistado a sustentabilidade é um diálogo de saberes e interações que ocorrem no interior de um grupo social sem o domínio e a aquisição de outros sentidos externos a este grupo. Vejamos:

Para mim, **a única sustentabilidade** possível tem a ver com as opções feitas de maneira muito consciente pelos **grupos sociais** que desenvolvem sua cultura em **diálogo** com o seu meio ambiente. Então, as pessoas fazem escolhas políticas, escolhas tecnológicas, escolhas de padrões de produção e consumo, e essas escolhas, se elas forem autônomas, **se elas não tiverem um domínio externo que oriente a produção e o consumo**, segundo padrões externos àquela realidade, eu acho que aí você tem condições para a **sustentabilidade**. Ou seja, a sustentabilidade tem a ver com a construção de **uma autonomia**

e de um processo emancipatório e que seja indiossincrático, que seja peculiar àquela realidade, aquelas pessoas. Eu acho que aí é a sustentabilidade (E-2).

Aqui vimos a idéia de que a sustentabilidade pressupõe autonomia, cultura do diálogo, emancipação, contudo essa autonomia só existirá se ela “não tiver um domínio externo que oriente a produção e o consumo”. Portanto pode-se interpretar que só haveria sustentabilidade se os grupos sociais ficassem isolados, sem sofrer influência externa. A grande indagação que surge é a possibilidade de viabilizar essa percepção da sustentabilidade nas atuais circunstâncias históricas. Ou seja, é possível essa compreensão de sustentabilidade na globalização? Como pode ser contra-hegemonia dessa forma? Aqui, também se nota a concepção de que a sustentabilidade ocorre a partir de processos históricos peculiares localizados e em sintonia com as suas respectivas realidades. Sob essa ótica, a sustentabilidade representa várias dimensões e possibilidades que emergem a partir de cada contexto, segundo as suas práticas sociais.

Distingue no relato anterior, também presente nos relatos de outros, mas não de todos, a compreensão de que a sustentabilidade está intimamente relacionada com a luta pela autonomia e emancipação, revelando assim o ideário político-existencial marcado por valores fundantes do movimento ecológico, herdeiro do movimento contracultural dos anos 1960/70.

Esse mesmo gestor/educador, do relato anterior, concebe que o seu conceito de sustentabilidade (autonomista e emancipatório) está relacionado com dois princípios: a democracia e a participação. Para ele

Sustentabilidade tem uma relação direta e inegável com a **democracia**, com a democratização dos espaços, com a ampliação da qualidade e da quantidade de **participação efetiva** de todas as pessoas na construção do futuro. **Isso é sustentabilidade** (E-2).

Tal perspectiva considera o espaço do encontro e do diálogo como elemento da sustentabilidade. Para o Programa Nacional de Educação Ambiental - ProNEA (2005), que considera a democracia e a participação social como uma de suas diretrizes, a democracia permeia “a estratégia de ação voltada à construção de valores culturais

comprometidos com a [...] justiça social e [...] apoio à sociedade na busca de um modelo socioeconômico sustentável” (p. 34). Santos (2003), em um estudo sobre a democracia representativa e a democracia participativa, destaca que a concepção hegemônica de democracia a vê como “prática restrita de legitimação de governos” (p. 50). Todavia, o autor observa que no interior dessa visão surge um conjunto de concepções alternativas que poderiam ser chamadas de “contra-hegemônicas”, compreendendo a democracia como “forma de aperfeiçoamento da convivência humana” (p. 50). Ainda segundo o autor, essas perspectivas alternativas de democracia “tratam de negar as concepções substantivas de razão e as formas homogeneizadoras de organização da sociedade, reconhecendo a pluralidade humana” (p. 51). A democracia, nesse sentido, implica a ruptura com as tradições estabelecidas pelo paradigma hegemônico.

Já a política pública de EA não problematiza o conceito de democracia, entretanto destaca na concepção política-pedagógica do ProFEA (MMA, 2005b, p. 37) que o fundamento político da visão de EA proposto é a “democracia radical que reconhece que cada ser humano detém o direito à participação, à definição de seu futuro e à construção da sua realidade”.

A partir do relato de outro gestor/educador (E-1), questionado sobre as possibilidades de sustentabilidade a partir das práticas de EA promovidas pela DEA, vimos uma compreensão de que as ações políticas da DEA contribuíram para gerar sentidos de sustentabilidade. Ele diz

Onde a gente caminhou muito e aí foi para essa questão do meio para que as concepções de sustentabilidade possam **emergir nos próprios grupos**. Então, é o processo de construção coletiva, na perspectiva da construção da democracia, fortalecimento da **democracia**, ele emerge as concepções de **sustentabilidade**, **porque não são dadas** (E-1).

De acordo com o relato, a sustentabilidade é um processo que não é apresentado pela política pública do Estado, mas essa política pode contribuir para a emergência de novas leituras e práticas sociais. A sustentabilidade se dá na complexidade do real, associado à vida e à relação social. Ao interpretar a narração, podemos compreender a

democracia como uma proposta em construção e em busca de fortalecimento do existente sob a ótica participativa. Uma idéia de democracia efetivada na concretude da prática sociopolítica dos sujeitos atuantes nos processos desencadeados pela DEA. Assim, a sustentabilidade emerge como uma dimensão das relações de conflito e posturas em relação à busca de novos paradigmas frente ao modelo hegemônico. Nesse entendimento, é um campo político ideológico com características contra-hegemônicas.

Essa compreensão de sustentabilidade pressupõe a transgressão do paradigma hegemônico e a sua materialização nas políticas públicas de EA no aparelho do Estado é complexa. A política de EA da DEA assumiu a intencionalidade de contribuir para essa concepção de sustentabilidade. Isso pôde ser visto em seus programas através da proposição do fortalecimento das experiências emancipatórias de transformação social, de empoderamento de sujeitos sociais (apoio a Redes de EA, processos de formação, programa de enraizamento da EA nos Estados, etc), de criação e fortalecimento de espaços interativos de diálogo e construção com os diversos atores sociais no processo de gestão ambiental (Coletivos Educadores, Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental, Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, etc).

Dessa forma, a DEA propôs uma leitura de sustentabilidade plural e complexa que possibilitou entender a gestão dos territórios como prática participativa ativa e não tutelada. As políticas empreendidas tiveram a intencionalidade de promover processos dialógicos e formativos que visassem contribuir para o fortalecimento do movimento contra-hegemônico de construção ideológica do novo paradigma.

Essa concepção de sustentabilidade emancipatória está presente no *saber ambiental* (Leff, 2002) construído por esse grupo de educadores/gestores. Eles se propuseram a representar no governo uma visão da educação ambiental inacabada, que gerou e busca gerar um sistema vivo.

A abordagem de educação ambiental com a visão da sustentabilidade do contraditório, do espaço infinito e incerto, do saber e fazer, está presente na reflexão proposta por Sorrentino (2002a), na qual ele convida os educadores ao

engajamento de corpo inteiro, reafirmamos nossa convicção de que a superação do fracionamento das respostas desenvolvimentistas (fundamentado em ciclos econômicos milagrosos [...]) que propiciam a emergência de novos ricos e

mantêm na miséria a grande maioria da população, além de degradarem as condições de sustentabilidade das futuras gerações) passa pelo compromisso das políticas públicas com a inclusão na diversidade e com o questionamento dos valores observados da sociedade de consumo, pelo estímulo do grupo e do indivíduo ao debate e à busca de resposta para a melhoria da qualidade de vida e a felicidade material, física e espiritual (SORRENTINO, 2002a, p. 21),

Podemos considerar que essa leitura não é insular, pois foi elaborada e problematizada nas décadas de 1970/80, época em que o movimento ambientalista - que pode ser observado entre as classes médias urbanas - surgia como reação crítica à sociedade de cultura moderna hegemônica. Portanto, os valores desse movimento, na época, estavam alicerçados em uma leitura de mundo radicalmente contrária ao “*status quo*”.

Décadas depois, um grupo de gestores/educadores portadores do sentido da EA crítica e emancipatória, formulada em um contexto utópico do movimento ambientalista, alcançou, mais simbolicamente do que materialmente, o “poder”. Esse sentido de EA, ao materializar-se em política pública no âmbito federal, não se constituiu apenas em paixões, sonhos, bons encontros, alegria, agregação, felicidade, certezas de seus protagonistas. Mas incluiu junto aos desafios, necessariamente e pedagogicamente, dúvidas, oposições, reformulações, reconstruções, incertezas, antagonismos, maus encontros, em um conjunto de lutas processuais, sem fim definido.

É importante ressaltar, no entanto, que os pressupostos teóricos da EA crítica e emancipatória possuem várias gradações e colorações. Por isso, com o ingresso desses gestores/educadores na DEA/MMA, a partir de 2003, o que se pode afirmar é que seu conjunto de crenças e valores se constituiu no campo de abordagem da EA crítica e emancipatória. Isso nos permite dizer que uma faceta desta visão esteve representada nas políticas públicas de EA do Estado.

Conforme apontado por Santos (1996), ao discutir a proposição de uma nova teoria da emancipação, destaca que o que a distingue de outras formas de luta é o

sentido político da processualidade das lutas. Esse sentido, na perspectiva do campo social da emancipação, significa “a ampliação e o aprofundamento das lutas democráticas em todos os espaços estruturais da prática social” (p. 277). Com essa aspiração e a partir da abordagem prática, conceitual e metodológica da EA crítica e emancipatória, os conceitos de educação ambiental e de sustentabilidade foram colocados em contradição e compreendidos como heterogêneos, plurais e inacabados, como um processo complexo de resignificação do mundo, buscando incorporar os conhecimentos e vivências capazes de propor e encaminhar soluções sócio-políticas adequadas ao contexto sociocultural.

Em síntese, esses gestores/educadores formularam políticas públicas de gestão ambiental, que na realidade histórica do Estado significou o dilema e a incerteza de que isso viria ou não se tornar política pública. Como mostra o relato de um dos entrevistados ao reconhecer os limites da implementação de tal proposta “[...] acho que é o mesmo desafio e isso é o que tem por se fazer nos próximos quatro anos. Mas para colocar [idéias e práticas emancipatórias] no cotidiano não é a nossa cultura. A nossa cultura foi uma cultura alienante. A desalienação ela vai acontecendo nesse processo” (E-2).

Outro desafio sem resposta concreta, no período aqui estudado, foi a integração ou a transversalidade dos sentidos e das práticas de educação ambiental nos processos da gestão pública ambiental, conforme já destacado por Tassara & Ardans-Bonifacino (2006). Mesmo com a criação de uma comissão interna de EA do MMA, a Comissão Inter-setorial de Educação Ambiental (CISEA), com uma diretriz clara para a política de integração, na visão de um dos entrevistados, o obstáculo foi a prática política governamental. Ele narra que “essa intersetorialidade é um tremendo desafio. Há uma sinalização de como conseguir. Ela está apontada como caminho, mas como fazer é super difícil no tempo que a gente tem” (E-1).

Os gestores/educadores foram unânimes em reconhecer os limites e potencialidades de implementar um ideário político-existencial na dimensão desértica da máquina pública. Sobre essa percepção, um deles menciona

[...] **estou contribuindo** com a dimensão de que tudo isso é pouco, que a gente não vai fazer a revolução com o trabalho individual, mas ainda **continuo acreditando** que a gente, todo

dia, pode somar um pouco para **consolidar essas políticas públicas** e que elas sejam compromissadas com as **pessoas que precisam no país** (E-4).

A política pública orientada pela concepção de EA e de sustentabilidade proposta pela DEA buscou entender a complexidade do real. Proporcionou espaços onde o conhecimento e as práticas políticas interagiram, refletiram, os sentidos foram (re)feitos, reconhecidos, situados e problematizados. Essa proposta de política levantou questões que contribuiu para cavar brechas e ruídos na posição hegemônica, para compreender a vida diante da *tragédia do saber moderno*, propondo alternativas para a mudança de visão de mundo.

Nessa direção, a política de EA empreendida pela DEA foi um campo instável e antagonico, mas manteve como princípio a construção de uma sociedade emancipada. Por isso, é possível afirmar que a DEA contribuiu para reforçar posições históricas da EA, como o engajamento sócio-político que fortalece as esferas de debate e construção da cidadania. A prática social no âmbito do espaço político-administrativo do Estado representou mais uma etapa no cenário de uma narrativa ético-política desses gestores/educadores. Por conseguinte, acrescentou uma dimensão politizadora e reguladora de um processo contra-hegemônico na trajetória da institucionalização da EA no âmbito das políticas públicas federais. Os gestores/educadores atuaram em um contexto de deserto. Reinventaram e reconstruíram crenças, atitudes e posturas de profissionais militantes atuando em uma outra dimensão do poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, G; SILVA, M; DINIZ, N. (Orgs) **O desafio da sustentabilidade**: um debate socioambiental no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2001, p. 75-96;

BURSZTYN, M. Estado e meio ambiente no Brasil: desafios institucionais. In: BURSZTYN, M. (org). **Para pensar o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

CARVALHO, I. C. M. **A Invenção ecológica**: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil. 2ª. ed. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2002.

_____. Educação Ambiental Crítica: nomes e endereçamento da educação. In: MMA/DEA. LAYRARGUES. P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004a.

_____. **Educação Ambiental**: A formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004b.

_____. A invenção do sujeito ecológico: identidade e subjetividade na formação dos educadores ambientais. In: SATO, M; CARVALHO; I. (orgs) **Educação Ambiental**: pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 51-63.

_____ & GRUN, M. Hermenêutica. In: FERRARO, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos**: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores. Brasília: MMA/DEA, 2005, p. 177-187.

DEMO, P. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: ALDAÍZA SPOSATI, BADER BURIHAN SAWAIA, DALMO DALLARI, ILSE WARRE. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. SORRENTINO. M (Coord.) São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Sandra Netz., 2ª edição, Porto Alegre: Bookman, 2004.

GRUN, M. **Ética e educação ambiental**: a conexão necessária. Campinas/SP: Papirus, 1996.

GUIMARÃES, M. Educação ambiental crítica. In: LAYRARGUES. P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004b.

HAYWARD, T. *Ecological Thought – an introduction*. Cambridge, UK: Polity Pres, 1994.

HERCULANO, S. C. Do desenvolvimento (in)suportável à sociedade feliz. In: GOLDEMBERG, M. (org) **Ecologia, Ciência e Política**. Rio de Janeiro: Revan, 1992, p. 9-48.

HERMANN, N. **Hermenêutica e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

JOVCHELOVITCH, S.; BAUER, M. W. Entrevista narrativa. In: BAUER, M. W. & GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático.

Tradução; Pedrinho A. Guareschi. 4ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2005, p. 90-113.

LAYRARGUES. P. P. (Re)conhecendo a educação ambiental brasileira. In: LAYRARGUES. P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

LEFF, E. **Saber Ambiental**: Sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, G. F. C. Crise Ambiental, Educação e Cidadania: os desafios da sustentabilidade emancipatória. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. L; CASTRO, R. S. (Orgs). **Educação Ambiental**: repensando o espaço da cidadania. São Paulo: Cortez, 2002.

LOUREIRO, C. F. B. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico**: uma abordagem política. Rio de Janeiro: Quartet, 2003.

_____. Educação Ambiental Transformadora. In: LAYRARGUES. P. P. (Coord). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente. 2004.

LUDKE, M. & ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1995.

MMA. **Identidades da Educação Ambiental**. Brasília, DF, 2004.

_____. II Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Texto-base. Brasília: 2005a

_____.Edital FNMA nº 05/2005. **Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis**. Brasília, DF, 2005 b

_____. II Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Deliberações. Brasília: 2005c

_____. II Conferência Nacional do Meio Ambiente. **Política Ambiental Integrada e Uso Sustentável dos Recursos Naturais**. Pesquisa com os delegados participantes – Relatório Analítico. Analisado por ISER. Brasília: 2005d

_____. **Meio ambiente – as ações do ministério para cuidar da biodiversidade brasileira**. Revista institucional. Brasília: abril de 2006.

_____. **Site do MMA** - disponível em <http://www.mma.gov.br/>, acessado em 09/01/2007, MMA:Brasília, 2007.

MMA/DEA. **Concepção Geral do Programa de Formação de Educadoras(es) Ambientais** do Ministério do Meio Ambiente através da Diretoria de Educação Ambiental. Brasília, DF, 2005a

_____. **Programa nacional de formação de educadoras(es) ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade**, ProFEA, texto digitado para discussão interna sobre a constituição do PAPI. MMA:Brasília, 2005b

_____. **Site da DEA** - disponível em <http://www.mma.gov.br/educambiental>, acessado em 10/11/2006, MMA:Brasília, 2006.

_____. **Relatório de Gestão da DEA – exercício (2003-2006)**. MMA: Brasília, 2007.

MMA/MEC. **CIEAs: Comissões Estaduais Interinstitucionais de Educação Ambiental**. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Série Documentos Técnicos, nº 1, 2005.

_____. **ProFEA: Programa Nacional de Formação de Educadoras (es) ambientais: por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade**. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: Série Documentos Técnicos, número 8, 2006b.

_____. **Portfólio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental**. Brasília: Série Documentos Técnicos, número 7, Brasília, 2006a.

MORAES, M. C. **Pensamento eco-sistêmico: educação, aprendizagem e cidadania no século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MORAES, R. Mergulhos discursivos: análise textual qualitativa entendida como processo integrado de aprender, comunicar e interferir em discursos. In: GALIAZZI, M. C. & FREITAS, J. V. (orgs) **Metodologias emergentes de pesquisa em educação ambiental**, Ijuí: Ed. Unijui, 2005.

MORIN, E. **O Método. 4. As Idéias: a sua natureza, vida habitat e organização**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1991.

_____. **O Método. 3. O conhecimento do conhecimento.** 2ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América. 1996.

_____. **O Método. 1. A Natureza da Natureza.** 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa-América. 1997.

_____. **O Método. 2. A Vida da Vida.** 3ª ed. Mem Martins: Publicações Europa América. 1999.

_____. Por uma reforma do pensamento. In: PENA-VEJA, A; NASCIMENTO, E. P. (Orgs) – **O pensar complexo.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999b.

_____. **Saberes globais e saberes locais:** o olhar transdisciplinar. Participação de Marcos Terena. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

NOBRE, M. Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual. In: NOBRE, M. ; AMAZONAS, M. C. (Orgs). **Desenvolvimento Sustentável:** A institucionalização de um Conceito. Brasília: IBAMA, 2002.

POLITICA Nacional de Educação Ambiental – PNEA. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999.

ProNEA - Programa Nacional de Educação Ambiental. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. – 3 ed – Brasília: MMA, 2005.

Programa de Meio Ambiente e Qualidade de Vida do Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente, 2002.

REIGOTA, M. **A educação ambiental frente ao esfacelamento da cidadania no governo Lula** (2002-2006). XI Simpósio Brasileiro de Pesquisa e Intercâmbio Científico da Associação Nacional de Pós-graduação em Psicologia (Anpepp). Florianópolis: maio de 2006. p. 1-32

_____, M. **Educação Ambiental e representação social.** São Paulo: Cortez, 1995.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. Rede Brasileira de educação ambiental (REBEA), nº 0, nov. 2004, 2004.

ROSA, M.V.F.P.C.; ARNOLDI, M.A.G.C. **A entrevista na pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: autêntica, 2006.

RUSCHEINSKY, A. No conflito das interpretações: o enredo da sustentabilidade. In: RUSCHEINSKY, A. (Org). **Sustentabilidade: uma paixão em movimento**. Porto Alegre: Sulina, 2004, p. 15-33.

SÁ, L. M. **Educação como instrumento de um processo democrático de gestão ambiental**. Texto apresentado no II Seminário sobre conflitos e Uso Sustentável dos Recursos Naturais – CDS/UnB, Brasília, 2002.

_____. Pertencimento. In: FERRARO, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA/DEA, 2005, p 247-256.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Stroh, P.Y. (org) Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

_____. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986a.

SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático, In: **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. SANTOS. B. de S. (Org.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 39-78.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice**. 2ª ed. São Paulo: Cortez. 1996

_____, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. 4ª edição. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOS, J. E.; SATO, M. **A contribuição da Educação Ambiental à Esperança de Pandora**. São Carlos: Rima, 2001.

SATO, M; CARVALHO; I. (orgs) **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SAWAIA. B. B. Participação social e subjetividade. In: ALDAÍZA SPOSATI, BADER BURIHAN SAWAIA, DALMO DALLARI, ILSE WARRE...et al. **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. SORRENTINO. M (Coord.) São Paulo: EDUC/FAPESP, 2001.

SORRENTINO, M. Desenvolvimento Sustentável e participação: algumas reflexões em voz alta. In: LOUREIRO, C. F. B; LAYRARGUES, P. L; CASTRO, R. S. (Orgs). **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____, De Tbilisi a Thessaloniki: a educação ambiental no Brasil In: **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio ambiente**. QUINTAS, J. S. 2ª ed. Brasília: IBAMA, 2002b.

_____, TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO, L. Educação ambiental como política pública. In: **Educação e Pesquisa**. São Paulo. Revista v.31, n. 2, p. 285-299, 2005.

TAMAIIO, I. **O professor na construção do conceito de natureza**: uma experiência de educação ambiental. São Paulo: Annablume, 2002.

TASSARA, E. T. O. ; ARDANS-BONIFACINO, H. O. **Educação Ambiental**: estudo a partir de depoimentos de dirigentes (DAS) do Ministério do Meio Ambiente. São Paulo: LAPSI-IPUSP, 2006.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação ambiental**: natureza, razão e história. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

UNGER, N. M. **Da foz à nascente**: o recado do rio. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2001.

Irineu Tamaio irineu.tamaio@gmail.com/irineu@wwf.org.br